



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0014078-96.2013.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **Reginaldo Melo Marques**
Requerido: **Banco Santander (brasil) Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor almeja à condenação do réu ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em abrir para ele uma conta poupança.

A pretensão deduzida não prospera.

Com efeito, o réu não possui a obrigação de abrir conta de qualquer natureza para o autor ou para quem quer que seja.

O ato de celebrar um contrato está inserido em sua esfera de disponibilidade de modo que não se cogita da possibilidade de ser coagido a tanto.

Os critérios utilizados sobre esse assunto estão em consonância com os interesses do réu, não se entrevendo na espécie nem mesmo em tese motivação discriminatória a propósito.

Dessa forma, e à míngua de preceito normativo que respalde a postulação do autor, sua rejeição é de rigor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação,
mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios,
com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 25 de outubro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**